

15147 - Certificação orgânica para piscicultura na agricultura familiar camponesa

Organic certification for fish in family farming

MUELBERT, Betina¹; BORBA, Maude¹; AMORIN, Desieli²

1 Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS, Campus Laranjeiras do Sul, PR, professoras do curso de Engenharia de Aquicultura, betina.muelbert@uffs.edu.br, maude.borba@uffs.edu.br ; 2 UFFS, aluna bolsista PIBIC/UFFS, desieli.amorin@gmail.com

Resumo: A certificação orgânica para a agricultura é uma realidade, porém, a produção orgânica de peixes passou a ser regulamentada no Brasil apenas em 2011. Este trabalho buscou analisar a situação da certificação da piscicultura orgânica no Brasil e elaborar um Plano de Manejo para a transição agroecológica. Foi realizada uma pesquisa exploratória documental e bibliográfica, busca em páginas da internet e enviadas mensagens de correio eletrônico para diversos órgãos e pessoas envolvidos com o tema. Procedeu-se um estudo da legislação sobre certificação, visitas a agricultor e entrevistas com técnicos que atuam em agroecologia. Os resultados indicam não haver certificação em unidades de cultivo de peixes no país. O Plano de Manejo elaborado tem a descrição e parâmetros técnicos da produção aquícola. Espera-se dar continuidade aos estudos e estimular a transição agroecológica na produção aquícola contribuindo para aumento da qualidade de vida dos produtores rurais da região.

Palavras-chave: Peixes; Aquicultura; Transição agroecológica.

Abstract: Organic certification for agriculture is a reality, however, the production of organic fish in Brazil, became regulated only in 2011. This study tried to analyze the situation of the organic certification of fish farming in Brazil and define a Management Plan for the agroecological transition. It was conducted an exploratory research based on literature and documents, specific sites and e-mail messages sent to organizations and persons concerned with the issue. The legislation on certification was study, a farmer was visited and interviews with technicians that work in agroecology were used. The results indicate that there is no certification in units of fish farming in Brazil. The Management Plan proposed consists of a description and technical parameters management of aquaculture. Studies should continue to encourage agroecological transition in aquaculture production to improve the life quality of small fish farmers in the region.

Keywords: Fish, Aquaculture, Agroecological transition.

Introdução

Com o crescimento da produção orgânica, iniciou-se nos últimos anos em nosso país uma discussão sobre normas para a certificação, que tem como base legal a Lei Federal 10831 de 2003 (RODRIGUES, 2012). Para que a certificação orgânica não fosse feita apenas por empresas, mas também por produtores, consumidores e técnicos, através da certificação participativa, surgem no fim da década de 1990 várias organizações populares, dentre elas, a rede de Agroecologia Ecolida. Segundo Becker e Grisa (2010) esta entidade consolida a formulação de documentos e processos de certificação propostos em 2000.

Atualmente, o Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade Orgânica (SISORG) é integrado pelos Sistemas Participativos de Garantia e pela Certificação por Auditoria. A certificação auditada, consolidada mundialmente, utiliza uma terceira parte isenta e de credibilidade entre produtores, comerciantes e consumidores, e

estabelece a garantia de que os produtos respeitaram procedimentos orgânicos até chegarem ao consumidor final. A certificação participativa, por outro lado, está baseada na construção de redes de credibilidade que envolvem agricultores, consumidores e comerciantes, estabelecendo a confiança necessária entre as partes para que a comercialização aconteça. No entanto, ainda existem poucos procedimentos de certificação de unidades orgânicas no Brasil e este baixo número pode estar relacionado com alto o custo da certificação, a complexidade das legislações que devem ser seguidas e o grau de conhecimento técnico dos produtores para seguir as normas burocráticas impostas pelas certificadoras (PINHEIRO e BITTENCOURT, 2012). Segundo estes autores, novas pesquisas devem ser conduzidas para a adaptação dos requisitos necessários nas regulamentações orgânicas existentes no país, buscando a realidade de cada região, propriedade e tipos de produção. Também devem ser levados em consideração na construção de um modelo de produção orgânica um sistema de indicadores de acompanhamento.

As políticas públicas tem buscado incentivar a produção orgânica. A Lei 11.947/2011 determina que no mínimo 30% da merenda escolar seja comprada diretamente de agricultores familiares repassados ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Os produtos agroecológicos ganham especial distinção nesta também chamada “Lei da Merenda” já que devem ser priorizados e seus preços podem ser até 30% superiores aos produtos convencionais. Outro dado importante é que a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO), instituída em 2012, por meio do Decreto nº 7.794, objetiva ampliar para 300 mil, até 2014, o número de famílias envolvidas na produção de produtos agroecológicos, além de incentivar o consumo desses produtos pela população (ABA, 2012).

No que se refere a aquicultura orgânica, as primeiras instituições certificadoras foram a *Naturland*, na Alemanha; a *UK's Soil Association*, no Reino Unido e a *National Organic Standards Board* (NOSB) do Departamento de Agricultura (USDA) nos Estados Unidos (BOEHMER, 2005). Atualmente a Federação Internacional para Agricultura Orgânica (IFOAM) estabelece normas para a aquicultura que servem de padrão para diversos países. No Brasil o Instituto Biodinâmico (IBD), desde 2002, possui normas a serem adotadas para se alcançar a certificação orgânica na aquicultura (ORMOND, 2002). Porém, somente em 2011 foi publicada uma Instrução Normativa (IN) específica para os Sistemas Orgânicos de Produção Aquícola (BRASIL, 2011). Esta IN estabelece normas técnicas e requisitos gerais para a produção orgânica de organismos aquáticos e, dentro outros, que o Plano de Manejo do agricultor é um instrumento obrigatório que contém regulamentos técnicos para a produção orgânica. A piscicultura de água doce é hoje uma realidade no Brasil e tem se desenvolvido intensamente, sendo várias as espécies de peixes cultivadas. A adoção de práticas na piscicultura baseada na utilização de insumos provenientes da região, pouca renovação de água e manejo ecológico dos efluentes são fundamentais para a sustentabilidade da atividade. Neste sentido, a criação de peixes em pequenas propriedades rurais contribui para o melhor aproveitamento dos recursos disponíveis, incrementa a qualidade nutricional da dieta familiar e pode gerar receita adicional com a comercialização de parte da produção.

Enquanto universidade pública e popular, a Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) vem primando pelos compromissos com as formas de produção e de consumo mais solidárias e ecologicamente sustentáveis, sendo a Agroecologia, Agricultura Familiar e Segurança Alimentar temas prioritários nas suas políticas de ensino, pesquisa e extensão. O campus Laranjeiras do Sul iniciou suas atividades

em 2010 e o curso de Engenharia de Aquicultura, voltado à formação de um profissional que possa atender as necessidades sócio-econômicas regionais e nacionais no domínio da Aquicultura, tem desenvolvido vários projetos, entre eles “Aquicultura Familiar em Sistema Orgânico”. Em nossa região, muitos agricultores possuem viveiros escavados com peixes, porém a piscicultura não está inserida na agricultura familiar camponesa de maneira formal e organizada. O objetivo do estudo foi analisar a situação da certificação da piscicultura orgânica no Brasil e elaborar um Plano de Manejo para a transição agroecológica desta atividade que possa servir para os produtores da região.

Metodologia

O trabalho foi baseado em procedimentos de análise exploratória, utilizando pesquisa bibliográfica e documental, além de busca em sites específicos de certificadoras da produção orgânica nacionais e internacionais. Para diagnóstico da situação dos cultivos de peixes orgânicos no país, foram enviadas mensagens de correio eletrônico para a lista de discussão da revista Panorama da Aquicultura (lista Panorama-L) e para os Organismos de Avaliação da Conformidade Orgânica e Organismos de Controle Social cadastrados no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA, 2013).

Para a elaboração do Plano de Manejo procedeu-se um estudo da legislação nacional de certificação orgânica, seguido de visitas a propriedade de agricultor familiar no município de Porto Barreiro, PR, participante do projeto de extensão “Aquicultura Familiar em Sistema Orgânico” da UFFS e vinculado ao Núcleo Regional de Agroecologia da rede Ecovida Luta Camponesa. Também foram realizadas entrevistas semi-estruturadas com técnicos que atuam em agroecologia explicando a pesquisa e solicitando sugestões ao plano de manejo.

Resultados e discussão

Os resultados da pesquisa bibliográfica apontam que os únicos empreendimentos com certificação orgânica na aquicultura no Brasil são com camarão marinho e ostra, da empresa Primar no Rio Grande do Norte, certificada pelo Instituto Biodinâmico (IBD), e o Grupo Nutrimar Pescados, localizado em Sergipe, que produz camarões marinhos certificados pela *Naturland*. Segundo Dieterich (2010), no Paraná há alguns anos produtores desenvolveram a produção de tilápia seguindo princípios agroecológicos, porém, não foi possível conseguir mais informações sobre este sistema.

Dos e-mails enviados para a lista de discussão da revista Panorama da Aquicultura, foram obtidas respostas da empresa Primar, confirmando que possui certificação orgânica em camarão e ostra; da Agreco (Associação dos Agricultores Agroecológicos das Encostas da Serra Geral), informando que não trabalham mais com a produção de peixes e possuíam certificação orgânica pela Ecocert Brasil Certificadora Ltda. Esta por sua vez, informou que no momento não possui nenhum projeto com o escopo piscicultura. Outra resposta foi de um técnico que trabalha com piscicultura de forma alternativa, num sistema baseado no que o peixe se alimenta na natureza, porém, sem controle dos dados e certificação orgânica. Também foi obtida resposta de um pesquisador da Empresa de Pesquisa em Agropecuária e Extensão Rural (Epagri) de Caçador/SC, informando que desenvolveram diretrizes para produção de carpas orgânicas, mas que ainda não produzem neste sistema.

Dos e-mails enviados aos seis Organismos de Avaliação da Conformidade Orgânica - Certificação por Auditoria, a Ecocert, o Instituto de Tecnologia do Paraná (TECPAR) e a Agricontrol Ltda. (OIA), responderam que até o momento não certificaram projetos que envolvessem piscicultura. Com relação as mensagens enviadas aos quatro Organismos de Certificação por Sistemas Participativos, a Associação de Agricultura Natural de Campinas e Região (ANC) e a Associação Brasileira de Agricultura Biodinâmica (ABD) também responderam não terem certificado nenhuma unidade de produção em piscicultura.

Com base no levantamento realizado, foi possível identificar propostas de pesquisa que visam o desenvolvimento de protocolos para produção de peixes com certificação de origem orgânica, como no caso da Unioeste, em Toledo/PR. No núcleo da Rede Ecovida na região do território Cantuquiriguacu, Luta Camponesa, que conta com 33 grupos e 370 famílias, não existem experiências de certificação em piscicultura.

O Plano de Manejo elaborado contém resumidamente a seguinte estrutura: DESCRIÇÃO DA UNIDADE DE PISCICULTURA: Quantidade de tanques, solo, água, área de preservação permanente, vento, localização na propriedade, entre outros; sistema de cultivo, espécies cultivadas, densidade de estocagem e instalações dos viveiros (entrada -tubulações- e saída de água, profundidade. USOS DO SOLO DA UNIDADE DE PRODUÇÃO: Atividades desenvolvidas e suas respectivas áreas em hectares. ADUBAÇÃO: Tratamento dos resíduos gerados pelas criações animais (suínos, gado, galinhas etc.), usados nos tanques de piscicultura. MANEJO DA PRODUÇÃO AQUÍCOLA: Condições adequadas, respeitando as 5 liberdades dos animais (nutricional, sanitária, de comportamento, psicológica e ambiental); tratamento/destino dos efluentes dos tanques de produção; percentual de alimentação e medicamentos que são fornecidos aos peixes: Nutrição ecológica (os); convencional (is); percentual de produtos e insumos adquiridos de fora da unidade de produção; despesca e comercialização; boas práticas de produção e prevenção de risco de contaminação externa, inclusive organismos geneticamente modificados e derivados.

Considerações finais

Não foi possível identificar na piscicultura brasileira algum empreendimento certificado como orgânico. O Plano de Manejo proposto consiste em um cadastro do piscicultor com descrição da unidade de piscicultura e manejo da produção aquícola. Espera-se dar continuidade ao projeto contribuindo para a adoção de práticas agroecológicas em piscicultura na região.

Agradecimentos

Programa Institucional de Iniciação Científica, PIBIC/UFFS.

Referências bibliográficas

ABA. Associação Brasileira de Agroecologia. **Propostas da Articulação Nacional de Agroecologia – para a “Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica”**. Disponível em:

<<http://www.aba-agroecologia.org.br/aba/index.php/textos-e-artigos/11-politica-de-agroecologia>>. Acesso em: 10 mai 2012.

BECKER, Marciano; GRISA, Simone. Manual de Sistema Participativo de Garantia. Rede Ecovida, 33p. 2010.

BOEHMER, S. Organic aquaculture. National Agricultural Library (U.S.). 2005. Disponível em: <<http://www.nal.usda.gov/afsic/>>. Acesso em: 20 mai 2011.

BRASIL. Instrução Normativa Interministerial MAPA/MPA nº 28/2011. Disponível em: <http://www.normaslegais.com.br/legislacao/in_mapa_mpa28_2011.htm>. Acesso em: 07/09/2012.

DIETERICH, F. **Fontes de fósforo em rações orgânicas para alevinos e juvenis de tilápia do nilo (*Oreochromis niloticus*)**. Dissertação (mestrado em Zootecnia). Universidade do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon, 2010.

GRUPO NUTRIMAR PESCADOS, Aracajú, CE. Disponível em: <<http://nutrimarpescados.com.br/>>. Acesso em: 20 jul. 2013.

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA. Cadastro Nacional Disponível em: <<http://www.agricultura.gov.br/desenvolvimento-sustentavel/organicos/cadastro-nacional>>. Acesso em: 25 mar 2013.

ORMOND, J.GP.; PAULA, S.R.L.; FAVERET FILHO, P.; ROCHA, L.T.M. Agricultura Orgânica: Quando o passado é futuro. **BNDS Setorial**, n.15 v.1, p 3-34. 2002.

PINHEIRO, K. H.; BITTENCOURT, J. M. Avaliação de um modelo de rastreabilidade para produtos orgânicos a partir de certificadoras paranaenses. **Rev. Bras. de Agroecologia**, Porto Alegre, v.7(1): 51-62, 2012.

PRIMAR, **Cultivando em harmonia com a natureza**. Tibau do Sul, RN. Disponível em: <<http://www.primarorganica.com.br/>>. Acesso em: 20 Jul. 2013.

RODRIGUES, S. **Certificação orgânica: uma alternativa para a aquicultura no Brasil**. Monografia (Especialização Produção, Tecnologia e Higiene de Alimentos de Origem Animal) - Universidade Federal Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.